



EDITORIAL

Prezados leitores

O 17º volume da Revista Direitos Fundamentais e Democracia (RDFD) marca o 9º ano de sua existência, ou seja, estamos caminhando para o seu primeiro decênio. Vinculada ao Programa de Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia do Centro Universitário Autônomo do Brasil - UniBrasil, a Revista, com o mesmo nome, não é propriamente uma publicação apenas do Programa de Mestrado que a sedia, mas uma Revista da área de concentração, aberta à comunidade acadêmica interessada em debater e discutir temas pertinentes a esse âmbito de investigação.

O contexto de surgimento e desenvolvimento da Revista Direitos Fundamentais e Democracia coincide com o momento de renovação vivido pela pós-graduação no Brasil. Em particular, quanto aos procedimentos adotados, a Revista tem vivenciado as mudanças consistentes no rigoroso processo de *blind review*, uma verdadeira revolução no campo das publicações brasileiras da área jurídica. Igualmente incorporou em suas práticas o vínculo estreito dos artigos com a linha editorial, de modo a produzir publicações que ofertem aos leitores uma Revista coerente, harmônica, que apresente aspectos da problemática que envolve a área de concentração Direitos Fundamentais e Democracia, ligados por um fio condutor único.

Superados esses aspectos, a RDFD - assim como todo o campo da editoração científica no Brasil - está enfrentando atualmente o desafio do fator de impacto, uma medida necessária para o aperfeiçoamento dos periódicos nacionais. Tão importante quanto publicar é ter o texto lido. Assim, a Revista está trabalhando fortemente para ser um veículo de debate e discussão de ideias, no qual o autor que submete o seu texto sabe que o mesmo será lido, refletido e criticado. Esse é o único motivo que justifica a existência de um periódico científico.

Ampliar o fator de impacto é criar a cultura da leitura, da reflexão e da crítica dos periódicos que veiculam a produção científica da área. Hoje se publica muito, mas se lê pouco. O fator de impacto vem romper com isso, vem criar um novo ambiente que procura promover um diálogo maior na área de concentração. Esse trabalho de conscientização começa na comunidade acadêmica local, envolvendo professores, mestrandos e alunos de iniciação científica. Criar espaços de visibilidade para a Revista, de divulgação de seus novos volumes, de debate com os autores dos artigos publicados, são medidas necessárias e implantadas. O fato de a Revista ser de acesso aberto na internet potencializa sobremaneira o acesso a ela. No entanto, a experiência tem demonstrado que apenas a disponibilização *online* não tem sido suficiente. Mais do que ser disponibilizado na internet, seu conteúdo precisa ser problematizado e discutido. Essa é uma tarefa da comunidade acadêmica envolvida com a temática do periódico.

No presente volume o leitor terá a oportunidade de ler e refletir sobre aspectos bastante atuais que estão sendo discutidos no âmbito da área de concentração Direitos Fundamentais e Democracia. Com textos em português, inglês e espanhol, o volume 17 traz reflexões no âmbito da teoria dos direitos fundamentais, em especial na questão da eficácia horizontal dos direitos e do mínimo existencial. Igualmente no âmbito da teoria constitucional é enfrentado o tema da centralidade da jurisdição constitucional. Os Direitos Fundamentais em espécie também encontram lugar na presente publicação. Há contribuição sobre o conteúdo e significado do conceito materialmente aberto de direitos fundamentais na Constituição Federal brasileira de 1988, verificando a possibilidade de sua aplicação às relações de trabalho. Também discute-se as dimensões do trabalho doméstico como trabalho escravo no contexto das sociedades latino-americanas, a secularização e a liberdade religiosa na sociedade estadunidense, o direito fundamental à moradia em face do direito de propriedade, a tutela jurídica do nascituro enfrentada sob o aspecto da efetividade dos direitos fundamentais e da dignidade humana e os direitos dos refugiados no Brasil. O presente volume ainda abre espaço para o debate envolvendo a necessária transparência do orçamento público como mecanismo de fortalecimento da cidadania, e a questão da razoabilidade tributária, na qual a dosagem do ônus tributário pelo legislador reclama controle. Por fim, prestigiando o estudo de autores, o volume conta com um artigo que reflete sobre a noção de cidadania no pensamento do saudoso professor argentino, radicado no Brasil, Luis Alberto Warat: “Profundo conhecedor do direito e da vida, [Warat] expande nossos horizontes quanto à noção de cidadania, em lições que devem, obrigatoriamente, ser difundidas”.

No forte compromisso com a necessidade de transformação de nossos periódicos científicos em verdadeiros veículos de comunicação das ideias produzidas na área jurídica, desejamos uma boa leitura na expectativa de que os textos aqui publicados tenham atendido à qualidade e à excelência pressupostas nos objetivos que agora nos colocamos.

Uma boa leitura a todos.

Curitiba, 10 de junho de 2015

Equipe Editorial